



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANA CAROLINE COSTA SANTOS

**PROGRAMA TRILHAS POTIGUARES E SUA RELEVÂNCIA PARA A
FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**NATAL
2019**

ANA CAROLINE COSTA SANTOS

**PROGRAMA TRILHAS POTIGUARES E SUA RELEVÂNCIA PARA A
FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Daniela
Neves de Sousa.

NATAL
2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Santos, Ana Caroline Costa.

Programa Trilhas Potiguares e sua relevância para a formação dos estudantes do Curso de Serviço Social / Ana Caroline Costa Santos. - 2019.

32f.: il.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social. Natal, RN, 2019.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Daniela Neves de Sousa.

1. Trilhas Potiguares - Monografia. 2. Extensão Universitária - Monografia. 3. Serviço Social - Monografia. I. Sousa, Daniela Neves de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

ANA CAROLINE COSTA SANTOS

**PROGRAMA TRILHAS POTIGUARES E SUA RELEVÂNCIA PARA A
FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Data de Aprovação: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Daniela Neves de Sousa (DESSO/UFRN)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ilka de Lima Sousa (DESSO/UFRN)
(Examinadora Interna)

Prof.^a Dr.^a Janaiky Pereira de Almeida (UFERSA)
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Pensei que esse momento não iria chegar, mas chegou. E hoje meu coração se enche de gratidão por aqui eu ter chegado. Mas claro, reconheço que não estaria aqui se não fossem aqueles que me levantaram e me ajudaram a enfrentar mais essa batalha. Aqueles que conhecem minha história e sabem que não foi fácil, que ao longo da graduação tive que enfrentar vários leões; alguns deles me machucaram a ponto de me fazer parar. Crises de ansiedade, uma gestação não planejada, problemas de saúde durante a gestação, nascimento da minha filha e junto todas as obrigações e questões que a maternidade traz. É, foi muita coisa que transformou minha graduação de 4 para quase 6 anos. Mas eu consegui! E por isso sou grata a Deus, aos meus amigos, a minha família, a minha orientadora e aqueles que cruzaram a minha caminhada acadêmica.

Agradeço a Deus por ter me dado forças quando eu já não tinha mais ela para lutar; por ter me zelado e estado ao meu lado nas noites e madrugadas que pareciam ser tão sombrias e solitárias.

Agradeço a minha família, por ter me apoiado, aceitado a minha escolha (mesmo não sendo a sonhada por eles) em fazer a graduação no Curso de Serviço Social e por ter acreditado até o fim que eu era capaz.

Agradeço aos meus amigos, e me faltam palavras para expressar tamanha gratidão. Por muitas vezes eles foram o meu amparo, a minha dose diária motivacional e a minha força; e aqueles que me lembraram de quase sempre (quando eu permitia falar sobre o assunto) que eu era capaz e iria conseguir.

Agradeço a minha orientadora, que sempre teve muita paciência comigo, soube entender meu tempo, minhas questões e minhas limitações; soube ser humana, além de uma grande profissional.

Agradeço aqueles que nem sabem, mas que ao longo da minha jornada na universidade me ensinaram e me deixaram lembranças que me fizeram lembrar o porquê eu deveria lutar para concluir essa fase.

E por fim, agradeço a pessoa mais importante nessa história, que chegou há pouco tempo, bagunçou um pouco as coisas, mas que me deu forças, com seu sorriso e com seu olhar para lutar por nós e concluir essa graduação; que mesmo sem falar dia após dia me mostrava motivos para eu concluir mais essa batalha. A você minha filha, **MARIA ALICE**, muito obrigada!

RESUMO

O trabalho teve como objetivo central debater as contribuições do Programa de Extensão “Trilhas Potiguares” na formação de discentes do Curso de Serviço Social da UFRN. Para isso o estudo foi realizado, em relação a sua metodologia, a partir de revisão bibliográfica de assuntos correlacionados com a temática, além da realização de entrevista semiestruturada com 07 (sete) alunos/as de serviço social que fizeram parte de alguma edição do Programa Trilhas. Enquanto resultados, foi possível identificar que o programa tem grande contribuição para a formação desses estudantes, especialmente por que permite experimentar a dinâmica comunitária das pequenas cidades do interior potiguar, e ainda tem na extensão um papel somatório na caminhada acadêmica.

Palavras-chave: Trilhas Potiguares. Extensão Universitária. Serviço Social.

ABSTRACT

The main objective of this work was to discuss the contributions of the extension program "Potiguares Trails" in the training of students of the UFRN Social Service Course. For this, the study was carried out, in relation to its methodology, from a bibliographic review of subjects correlated with the theme, besides the realization of a semi-structured interview with 07 (seven) Students of social service who were part of some Edition of the Trails program. As results, it was possible to identify that the program has a great contribution to the training of these students, especially because it allows to experience the community dynamics of the small towns of the interior Potiguar, and still has in Extension has a summation role in the academic walk.

Keywords: Potiguares Trails. University Extension. Social Services.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	TRILHAS POTIGUARES E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	8
2.1	EXTENSÃO UNOVERSITÁRIA NO BRASIL	8
2.2	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UFRN.....	12
2.3	O PROGRAMA “TRILHAS POTIGUARES”	13
3	O PROGRAMA “TRILHAS POTIGUARES” E O SERVIÇO SOCIAL: UMA POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO POPULAR	17
3.1	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR.....	17
3.2	TRILHAS POTIGUARES E AS DEMANDAS PARA DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.....	20
3.3	CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA TRILHAS POTIGUARES PARA A FORMAÇÃO DOS ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL.....	22
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	27
	APÊNDICE	30

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo ao qual se intitula “Programas Trilhas Potiguares e a sua relevância para a formação dos/as estudantes do curso de Serviço Social UFRN”, teve como principal objetivo debater as contribuições do Programa na formação dos alunos em questão visto a ótica dos próprios alunos que já tiveram a vivência.

Tal interesse na temática surgiu após a participação da autora no Trilhas Potiguares, durante 3 edições, além de observar que o Programa acaba sendo um espaço em que é possível por em prática o que vemos em sala de aula.

Sendo assim, o estudo é dividido em duas partes, sendo a primeira uma breve explanação acerca da Extensão Universitária e a Pró Reitoria da UFRN-PROEX, entidade responsável pelo Trilhas Potiguares e demais programas, projetos e ações universitárias, e uma pequena apresentação do Programa Trilhas Potiguares. No segundo momento trata-se acerca da participação dos alunos no Programa “Trilhas Potiguares” e as suas principais contribuições para a formação destes alunos.

O estudo teve como metodologia uma revisão bibliográfica de assuntos correlacionados com a temática, além da realização de entrevista semiestruturada com 07 (sete) estudantes do Curso de Serviço Social que fizeram parte de alguma edição do Programa Trilhas. Para a realização das análises foi utilizado o método crítico dialético, que tem como categorias fundamentais a totalidade, a historicidade e a contradição. Assim, os fenômenos são entendidos como parte integrante de um contexto mais amplo, sendo necessário ir do singular ao genérico, problematizando a realidade, estabelecendo relações das partes com esse todo, que mutuamente se influenciam.

Dessa forma, acredita-se que a discussão aqui apresentada seja imprescindível, uma vez que está se vivendo um momento em que está tendo cortes nos investimentos para as áreas de pesquisa e extensão das universidades e, além disso, se faz necessária a abordagem dessa temática para mostrar o papel da extensão universitária na formação acadêmica, mostrando que a vida acadêmica vai além da esfera do ensino.

2 TRILHAS POTIGUARES E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

2.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Para entender do quê se trata a chamada Extensão Universitária, podemos nos perguntar inicialmente, o que é a própria Universidade. Estritamente, tem-se que a Universidade não se trata de um Instituto de Pesquisa, mas nem por isso pode desenvolver ensino sem exigir uma postura de investigação no processo ensino/aprendizagem; também não consiste em uma Instituição de Assistência Social, mas nem por isso suas atividades de ensino e pesquisa deixam de ser desenvolvidas direcionadas para a sociedade que a envolve. Unicamente, o que se exige é que tudo isso seja feito a partir de um processo sistemático de construção do conhecimento (SEVERINO, 2007).

Nesse contexto, a extensão universitária torna-se uma exigência intrínseca do ensino superior em consequência dos compromissos do conhecimento e da educação com a sociedade, pois tais processos só se legitimam, inclusive adquirindo sua marca ética, se apregoarem envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo. Neste sentido, Severino (2007, p. 31) escreve que: “O que se desenrola no interior da Universidade, tanto do ponto de vista da construção do conhecimento, sob o ângulo da pesquisa, como de sua transmissão, sob o ângulo do ensino, tem a ver diretamente com os interesses da sociedade”.

Em conformidade com Faria (2001) a origem da Extensão Universitária refere ao século XIX, com as Universidades Populares e o modelo norte-americano de Extensão rural, tendo sua primeira experiência na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, em 1867, com uma visão de educação continuada para adultos da sociedade em geral não cursavam o ensino superior. Na sequência, irradiou para os Estados Unidos, quando foram criadas Escolas de Extensão, onde eram desenvolvidas ações extensionistas na modalidade de prestação de serviços técnicos, cursos profissionalizantes, educação à distância, cursos noturnos entre outras, fazendo uso de inúmeras metodologias e tecnologias.

No Brasil, de acordo com Tavares (1997), a extensão universitária é desenvolvida partir do início do século XX sob a influência dessas duas correntes: a europeia, através de cursos de extensão ministrados nas universidades populares, resultantes do esforço autônomo dos intelectuais, em uma ênfase culturalista; a

americana, difundida em instituições oficiais, mas direcionada à utilização do conhecimento em uma perspectiva de desenvolvimento de comunidades, tendo como característica o conceito da prestação de serviços.

No Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, a concepção de extensão voltada para o desenvolvimento cultural da população que não estava tendo acesso aos bens produzidos tem em sua definição que a extensão universitária é designada a expandir os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se consideravam diretamente integrados a vida da universidade, oferecendo, neste sentido, maior amplitude e mais longa ressonância; às atividades universitárias que concorrerão de modo eficaz para elevar o nível cultural geral do povo (VILLAR, 2011).

O conceito de extensão também é exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 1961, que em seu Art. 29 expõe que a extensão ocorre por meio de cursos de especialização, aperfeiçoamento, e extensão ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. Porém, também atende àqueles que já estão inseridos no meio universitário, embora no discurso apareça que é extensivo à comunidade externa também (VILLAR, 2011).

De acordo com Michelotto (1999), no período da ditadura civil militar a extensão teve um papel importante, ou seja, silenciar os jovens que pediam a reforma universitária e que queriam prestar assistência à população mais carente. A postura do governo com as ações “sociais” levou as pessoas a acreditarem que ele contribuía para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, quando na verdade, estava preocupado com a “ordem e o progresso”. Os programas que marcaram este período e a consolidação da extensão foram o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon. As atividades desenvolvidas pelo CRUTAC tiveram início na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como propósito treinar mais a prestação de serviços, quando os estudantes eram submetidos a estágios rurais que envolviam diferentes áreas, como, por exemplo, a saúde, a educação, a engenharia. A experiência desta universidade foi ampliada, percebida e implementada por diferentes universidades.

Já o Projeto Rondon tinha como lema “integrar para não entregar” e buscava a participação de jovens universitários nas ações em comunidades. Tinha-se a ideia de que a juventude brasileira precisava ter conhecimento da realidade do país em

que estava inserido. No entanto, a execução deste projeto foi questionada com base no fato de que os estudantes eram recrutados, mas não participavam de maneira ativa e reflexiva. E quando retornavam à universidade traziam questões desconhecidas à comunidade acadêmica (FAGUNDES, 1986).

Saviani (1981) faz uma crítica à palavra extensão, ou seja, tem como característica estender àqueles que não têm, uma vez que não se considera o inverso. Pelo fato de a comunidade também construir os seus saberes no cotidiano, torna-se essencial levar em consideração a relação inversa. É a sociedade que deve colocar os problemas; é o contato com os problemas efetivos da sociedade que vai permitir à universidade transformar os objetos de sua pesquisa em algo relevante para a sociedade e adequar o ensino às suas necessidades.

Nesse contexto, Fagundes (1986) adverte que, comumente, existe um “pensamento elitista” e um sentimento populista, pois de um lado há os detentores de saberes que “representam” os interesses do governo para o desenvolvimento, e de outro lado estão os ignorantes, aqueles que necessitam de ajuda. Estes são considerados como incapazes de solucionar seus próprios problemas, e para isso precisam de indivíduos que possam contribuir na sua resolução.

Em conformidade com Sousa (2000), os anos 1990 foram marcantes na história da extensão universitária, destacando-se a redemocratização e ascensão dos movimentos sociais, bem como a submissão do Estado à lógica neoliberal. Deste modo, a extensão passou de um momento em que era considerada assistencialista para um discurso com o compromisso social da universidade, fruto das demandas sociais; passando a ser compreendida como a “articuladora” do ensino e da pesquisa com a sociedade. Debatia-se a questão do compromisso social da universidade no qual se compreendia que a universidade estava “isolada” da sociedade e das demandas sociais. A abertura política da universidade possibilitou a eleição de reitores, que por sua vez tinham o apoio dos docentes. Este período foi assinalado pela criação de fóruns, e entre eles o da extensão.

Segundo Leher (2015), as atividades de extensão começam a ter reconhecimento legal após muitas ressignificações. A extensão foi consagrada na Constituição Federal de 1988, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em novembro de 1987, é um marco importante para a extensão acadêmica.

Referindo-se às legislações, a questão da extensão está contida na Constituição Federal de 1988 e na LDB/96, no Plano Nacional de Educação. A Constituição de 1988 a conceitua no Artigo 207: “[...] indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988), bem como estabelecer o caráter financeiro da extensão no Artigo 213, §2º “[...] as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988). Ao constituir a indissociabilidade dessas três instâncias, a Constituição assegura que as três precisam coexistir juntas e que as instâncias sozinhas não são socialmente desejáveis (ZILLER *et al.*, 2010).

Conforme Villar (2011), nos anos 2000 teve início a discussão da questão da indissociabilidade entre “vida acadêmica” e “relevância social”, acreditando-se que tal discussão expõe a possibilidade de superação da visão da extensão enquanto função isolada das outras, como também atividade direcionada para os estudantes se formarem enquanto cidadãos, interferindo negativamente na questão do assistencialismo, da prestação de serviços e na transmissão de conhecimento, ou seja, percepções que predominaram por muito tempo, deixa de ser uma função isolada e fragmentada. Nos anos 2000 a extensão passou a ter uma compreensão muito mais ampla de produção, sistematização, transmissão e resultados, na esfera acadêmica e social.

De acordo com Severino (2007), a extensão se relaciona à pesquisa, e se torna importante para a produção do conhecimento, pois esta produção deve ter como referência o foco nos problemas reais e concretos que tenham a ver com a vida da sociedade envolvente. “A relevância temática dos objetos de pesquisa é dada pela significação social dos mesmos. É o que garante que a pesquisa não seja desinteressada ou neutra [...]” (SEVERINO, 2007, p. 33).

A extensão tem que ser intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho universitário. Não consiste em uma concessão, de um diletantismo, mas de uma exigência do processo formativo. “Toda instituição de ensino superior tem que ser extensionista, pois só assim ela estará dando conta da formação integral do jovem universitário, investindo-o pedagogicamente na construção de sua nova consciência social” (SEVERINO, 2007, p. 35).

Em linhas gerais, acredita-se que a extensão universitária tem o propósito de estabelecer a reconstrução social através de ações que busquem a transformação para a sociedade, socializando-se os saberes, dialogando com a comunidade,

transferindo o que ela tem de contribuição para dentro da universidade, transformando o que aprendeu e conheceu na tríade: pesquisa, ensino e aprendizagem.

2.2 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UFRN

A Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PROEX/UFRN) foi criada no dia 02 de junho de 1971 através da Resolução Nº 21/71 do Conselho Universitário (CONSUNI), seu objetivo de fundação consistia no desenvolvimento de ações que estabelecessem relações entre a Universidade e a Sociedade. Segundo o relatório da autoavaliação da UFRN (2006), a Pró-Reitoria de Extensão é caracteriza como sendo:

[...] órgão responsável pela execução das atividades de extensão, atua em completa integração com as Unidades a ela diretamente vinculadas – Núcleo de Arte e Cultura e a Editora Universitária – e em colaboração com as Superintendências, os Centros Acadêmicos e as demais Pró-Reitorias e unidades da UFRN (CPA/UFRN, 2006, p. 72).

A Proex é regida por normas legais aos quais norteiam todo seu trabalho, dentre elas destaca-se a Resolução Nº 053/2008 de 15 de abril de 2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de Extensão Universitária na UFRN.

Dentre essas ações de extensão que devem ser administrada pela Proex estão os Programas de extensão, que no momento é o nosso foco, uma vez que o Trilhas Potiguaras caracteriza-se como sendo um desses programas desenvolvidos pela UFRN. Ainda de acordo com a Resolução Nº 053/2008 de 15 de abril de 2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, em seu artigo terceiro:

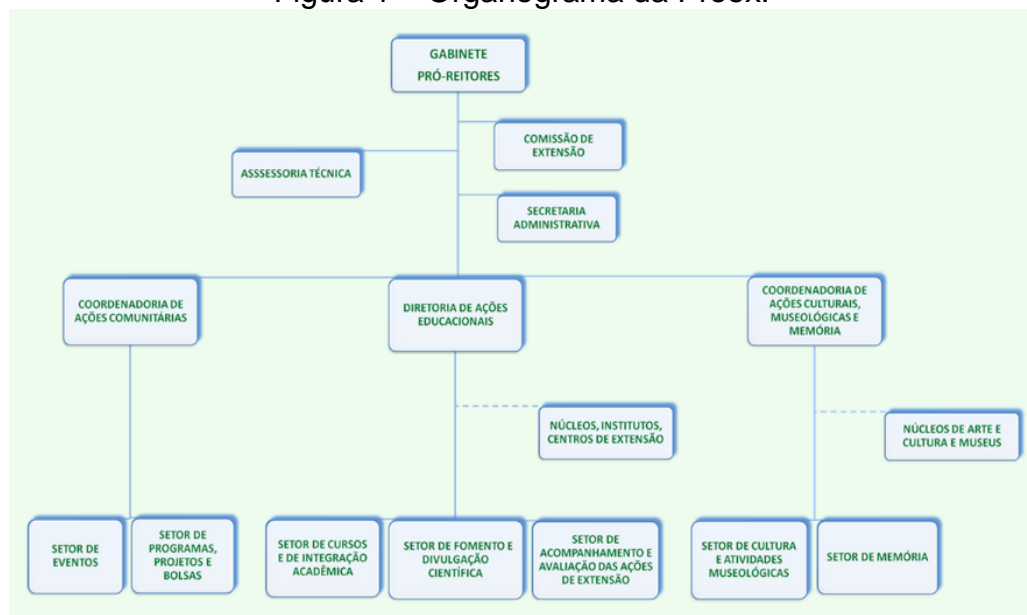
Os Programas de Extensão devem ser entendidos como o conjunto de ações coerentemente articuladas ao ensino, à pesquisa e/ou produção cultural, integradas às políticas institucionais da Universidade e direcionadas às questões relevantes da sociedade, com caráter estruturante, regular e continuado. Para tanto devem conter no mínimo 03 (três) ações de caráter continuado e que envolvam algumas das modalidades definidas no art. 2º.

Sendo assim, torna-se importante ressaltar que os Programas de Extensão, como as demais modalidades, serão inseridos nas mais variadas áreas temáticas

desde a de Comunicação até áreas como de Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

A Proex possui sua estrutura hierárquica e é dada como estrutura funcional, ou seja, as suas atividades subdivididas por setores, em que cada setor possui uma coordenação específica, as quais são subordinadas à Diretoria Geral Pró-Reitores. Na Figura 1 pode-se observar o organograma da referida Pró-Reitoria.

Figura 1 – Organograma da Proex.



Fonte: PROEX/2015

Dessa forma, encerramos por aqui tal ponto, de forma breve, com o objetivo apenas de situar o “órgão” competente por gerenciar o Programa de Extensão Trilhas Potigüares, que será abordado no próximo tópico.

2.3 O PROGRAMA “TRILHAS POTIGÜARES”

O “Trilhas Potigüares” é um programa de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que segundo informado em sua própria página da internet existe a cerca de duas décadas. O mesmo consiste em um conjunto de projetos realizados em comunidades do interior do estado do Rio Grande do Norte que possuem no máximo até 15 mil habitantes. Tal programa visa a interlocução do meio acadêmico com comunidades, com o intuito de levar para esses locais conhecimentos das mais variadas áreas de saberes.

O programa acontece anualmente, onde é lançado pela PROEX um edital para que aqueles interessados em fazer parte, seja eles alunos da graduação e/ou da pós-graduação, coordenadores e gestores do município que desejam fazer parte se inscrevam.

Para cada modalidade de participação será seguido um critério de seleção, no caso dos municípios a escolha se dá baseada em algumas premissas que são relatadas em seu edital:

Para critérios de classificação e seleção dos municípios serão considerados: IDH do município, participação em anos anteriores, condições de trabalho e segurança oferecidas, não ter havido desistência após assinatura do convenio em anos anteriores. (Edital 013/2018 PROEX UFRN).

Dessa forma, aqueles municípios que forem escolhidos devem assinar o Termo de Compromisso com a UFRN, que o responsabilizará a acolher e viabilizar todas as demandas pertinentes à atuação da “equipe trilhas” e execução dos projetos propostos no período de planejamento, além de indicar um representante do município, que atuará como “Coordenador Local” (EDITAL 013/2018 PROEX UFRN).

Ainda conforme o Edital 013/2018 PROEX/UFRN, os municípios participantes, são responsáveis pelo fornecimento de todas as informações e materiais necessários para a construção e realização das atividades a serem desenvolvidas durante o período de execução das ações, no município, que tem duração de no mínimo 07 dias. Bem como, arcar com alimentação, hospedagem e transporte da equipe, além de divulgar, previamente, o programa, no município, acompanhar a equipe, do período de planejamento até as visitas extraordinárias de continuidade, havendo necessidade. É de competência do coordenador local, atuar como facilitador do município para com a coordenação da equipe trilhas, a fim de que haja plena comunicação e organização, para um efetivo desempenho das atividades. O representante do município possui a função de acompanhar, viabilizar os processos e avaliar a execução dos projetos.

Para a escolha dos coordenadores é levado em conta critérios como a participação em coordenação de ações de extensão, participação em comissões colegiadas (mínimo de 01 ano) e a questão da titulação, aqueles que obterem uma maior pontuação serão escolhidos (EDITAL 001/2019 PROEX UFRN).

Os coordenadores escolhidos, assim como os municípios, têm compromissos com o programa que devem ser seguidos, sendo eles:

Fazer levantamento histórico, socioeconômico e cultural do município que irá coordenar; 2. Articular, agendar e visitar o município do qual será coordenador, para fazer um levantamento das demandas locais; 2.1 Envolver a prefeitura, secretarias e instituições existentes no município (por exemplo: Igrejas, Sindicatos, ONGs, Grupo de Idosos, Grupo de Jovens, EMATER, INCRA, FUNASA, Conselho Tutelar, etc.); 3. Na visita de demanda, priorizar as seguintes questões: demanda das oficinas; local de alojamento, visando ao espaço físico, condições de higiene, segurança e localização, transporte interno e material necessário; manter contato prévio com o município para mapear as condições de execução do Programa durante o período das atividades (por exemplo: materiais solicitados, água na casa, banheiros, alimentação da equipe, segurança, transporte dentro do município etc.); 4. Selecionar os alunos para compor a equipe de acordo com 8. Fazer levantamento do material necessário para viabilizar a execução das atividades com a Prefeitura do município e acompanhar o pedido do material solicitado também junto ao município; 9. Participar, de maneira propositiva, das reuniões convocadas pela Coordenação Geral; 10. Cumprir os horários e demais recomendações propostas pela Coordenação Geral e Secretaria, visando ao cumprimento do Protocolo de Segurança; 11. O Coordenador de Equipe é o representante da instituição (UFRN) desde a sua seleção, saída e execução das atividades no município, até a chegada em Natal; 12. Visitar o município antes da data de execução do Trilhas Potiguares, para conhecer a cidade, mapear os espaços onde serão realizadas as atividades e viabilizar os últimos ajustes do cronograma; 13. Ao chegar ao município, fazer o planejamento das atividades a serem realizadas no decorrer da semana, mantendo um cronograma de atividades com horário destinado à realização de abertura da semana de atividades e do encerramento oficial do Programa no município; 14. Na viagem de demanda, visitar as instituições locais para convidá-las a incorporar à equipe de execução dos projetos a serem realizados no município, desde o planejamento (reunião de demanda), execução e avaliação das atividades; 15. Fazer reuniões diárias durante a semana de execução do Programa no município, para avaliar as atividades do dia e planejar as atividades do dia seguinte; 16. Manter contato com a Coordenação Geral sobre as dificuldades encontradas durante o período de preparação (por exemplo: infraestrutura do município, saída da equipe, material e etc.), 17. No último dia de atividade, fazer reunião de avaliação geral com participação dos representantes da prefeitura, instituições e entidades locais, fazendo análise crítica e sugerindo novas formas de planejamento e execução do trabalho para as edições seguintes. Além disso, a equipe deverá propor políticas públicas ao município, de acordo com as experiências vivenciadas; 18. Entregar um registro histórico de todas as atividades da equipe, desde a preparação, planejamento, execução e retorno ao local de origem, com fotos e vídeos. Um aluno, no mínimo, deve ser designado para auxiliar o coordenador nessa atividade; 19. Fazer o Relatório Final até 30 dias após o encerramento do período de execução do Trilhas Potiguares e entregar todos os registros iconográficos (fotos, vídeos) à Coordenação Geral em arquivo específico; 20. Coordenar a aplicação do Questionário de Avaliação das Atividades de Extensão da UFRN. 21. Orientar os alunos a apresentarem os resultados das oficinas e trabalhos realizados no município durante a “Semana do Trilhas” na CIENTEC (Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da UFRN) e outros eventos (CBEU, CNEU), articulando a vinda dos grupos culturais que surgirem no município, a partir do Trilhas Potiguares, para se apresentarem nesses eventos, assim como coordenar suas equipes no estande do Trilhas Potiguares na CIENTEC; 22. Participar de todas as ações relacionadas ao Trilhas Potiguares (seminário de diretrizes e avaliação, reuniões, semana de ação e CIENTEC) (EDITAL 001/2019 PROEX UFRN).

E por fim a escolha dos discentes participantes é realizada através de critérios classificatórios como a participação em equipe de Ações de Extensão (Bolsista ou voluntário), em programas e projetos de extensão (Bolsista ou voluntário), assim como participação em pesquisa e ter participado do Trilhas Potiguares ou atuado como voluntário durante a CIENTEC. Todos esses critérios são avaliados e pontuados para que no final sejam escolhidos aqueles alunos com uma maior pontuação e que se enquadre nas demandas postas pelos municípios escolhidos.

Após esse primeiro momento de seleção da equipe, onde são escolhidos 2 coordenadores e até 20 alunos por cada município, segue-se com seguintes etapas:

2.6.2 Oficinas de Demandas e Potencialidades – etapa realizada com o objetivo de elencar as temáticas a serem trabalhadas pela equipe do projeto no município. Essas temáticas deverão priorizar demandas e potencialidades do município, obtidas a partir de metodologias participativas; 2.6.3 Formação da Equipe e Planejamento das Atividades do Projeto – etapa realizada no primeiro semestre letivo, constando da organização das diversas atividades a serem desenvolvidas pela equipe do projeto em cada município, com estímulo à prática de processos dialógicos, interdisciplinaridade, interinstitucionalidade e multiprofissionalidade. Poderá ser realizada visita da equipe, ou parte da equipe, de cada projeto ao município correspondente para ajuste operacional do planejamento (com contrapartida da Prefeitura). As equipes contarão com apoio de um Banco de colaboradores Ad Hoc; 2.6.4 Ação Coletiva da Equipe do Projeto no Município – etapa de vivência integral da equipe da UFRN no município, com duração mínima de 7 (sete) dias, a ser realizada no período determinado (junho ou julho). Este período poderá ter maior duração, a depender do apoio financeiro da Prefeitura do Município; 2.6.5 Ação Continuada no Município – etapa a ser realizada nos municípios por parte da equipe, a depender de acordo com a Prefeitura de cada Município, constando de retornos para realização de atividade complementar. Esses retornos devem ser realizados no segundo semestre letivo.

Dessa forma, torna-se possível observar que existe toda uma preparação para que seja posto em ação os projetos elaborados pelas equipes participantes e fica evidente que se é colocado em questão todas as particularidades das comunidades participantes para que seja possível ter essa troca de saberes de forma que não agrida aqueles que recebem os estudantes, isto quer dizer que não vá de contra a cultura daqueles que ali residem. O Programa proporciona não só para a comunidade o recebimento de saberes, mas acredito que os estudantes também, que podem por em prática o que lhes é passado em sala de aula e que podem viver outras realidades distinta. Tal discussão será melhor trabalhada mais

adiante, em especial com os alunos(as) do curso de serviço social que puderam ter a experiência em participar do Trilhas Potiguares.

3 O PROGRAMA “TRILHAS POTIGUARES” E O SERVIÇO SOCIAL: UMA POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO POPULAR

3.1 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR

O Programa “Trilhas Potiguares”, e até mesmo outros projetos de extensão universitária, podem ser considerados uma forma de educação popular. Por esta razão faz-se necessário nesse momento, antes de seguirmos adiante na discussão sobre o Programa em si, tratar um pouco o quê é educação popular e sua conexão com o serviço social.

A educação popular emerge no Brasil no contexto histórico do nacional-desenvolvimentismo (1930-1964), com destaque no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), uma vez que neste período de transição do capitalismo competitivo para o monopolista, nasce “um movimento de expressão popular em cujo interior se inscreveram as mais diversas iniciativas de cunho educativo” (BEZERRA, 1984, p. 17).

No Brasil, a Educação Popular tem sua história atrelada aos movimentos na área da educação, da cultura, na luta pela terra, pela moradia, por trabalho, pela saúde etc. Neste contexto, Brandão (1984) destaca as ideias do Educador Paulo Freire e as suas experiências do Movimento de Cultura Popular (MCP), do Movimento de Educação de Base (MEB), dos Centros Populares de Cultura, da elaboração, pelo Ministério da Educação e Cultura, do Programa de Alfabetização.

O MCP promovia a reunião de professores, estudantes, intelectuais e artistas, trabalhando na promoção da participação popular no processo de democratização da sociedade brasileira e compondo as “sementes” do “Método Paulo Freire” (ZITKOSKI, 2010). De acordo com Brandão (2005), tal movimento procurava estabelecer um trabalho de vai-e-vem, uma ação cultural de ida-e-volta, em que professores e artistas passaram a conviver com pessoas do campo e da cidade, aprendendo como elas sentiam e pensavam, como viviam e criavam o dia-a-dia e ensinando algumas coisas também. O trabalho desenvolvido partia do princípio de que todo ser humano produz cultura na relação com o outro e com o mundo e da

compreensão de uma conversa entre as pessoas, em que uma ouve a outra antes de falar, e um ensina ao que aprende, e aprende com ele.

O MEB, instituído em 1961, através de acordo entre o Governo Federal e a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Paulo Freire colocou em prática a sua experiência originária de alfabetização (MILLÁN, 2010). E, ainda no mesmo ano, a União Nacional dos Estudantes (UNE) criou o Centro Popular de Cultura (CPC), com a finalidade de criar e propagar uma arte popular revolucionária, defendendo o engajamento político do artista para superar a alienação e a consciência ingênua das massas (GADOTTI, 2014).

Quando foi trabalhar no Serviço Social da Indústria (SESI) em 1947, Paulo Freire trabalhou no setor de Educação e Cultura, tendo contato com a educação de trabalhadores, deparando-se com uma realidade de altos índices de adultos analfabetos. Segundo Paiva (1987), na década de 1950, Paulo Freire e outros educadores sugeriram a revisão do sistema educativo e a organização de cursos que correspondessem à realidade dos alunos, buscando promover um trabalho educativo com o aluno e não para o aluno.

Para Freire (2001), a Educação Popular compreendida e colocada em prática pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências. Esta é uma das tarefas basilares da educação popular de corte progressista, ou seja, inserir os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico, mais além do “penso que é”, em torno do mundo e de si no mundo e com ele.

Ao discutir sobre a definição de Educação Popular, Brandão (2006) menciona que a mesma resiste a deixar de existir em estado de movimento e reluta a tornar-se definível e uniforme. Trata-se do domínio de convergência de práticas sociais relacionadas com a possibilidade da construção de um saber popular e da apropriação, pelas classes populares, do seu próprio saber. Deste modo, surge como um movimento de trabalho político, em uma “retotalização” de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular, como proposta de ressignificação política, social e pedagógica de toda a educação, a serviço de seu trabalho simbólico e político de transformação da ordem social dominante.

Dentro desse contexto, pode-se inferir que a educação popular constitui-se em um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire que tem como proposta

contribuir para o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada à transformação social (MACHADO, 2013).

Na perspectiva Freireana, Machado (2012) aponta que a educação, enquanto prática política aproxima-se da comunidade e dos movimentos populares com os quais aprende para poder ensinar a eles também. É, então, essencial para a formação de Assistentes Sociais para uma prática mais dialógica, democrática, que estimula processos de conscientização, organização, participação e mobilização, considerando o saber popular e a autonomia dos sujeitos.

Machado *et al* (2012) referem que os Assistentes Sociais precisam conhecer criteriosamente os processos sociais e a vivência dos mesmos pelos sujeitos para constituir ações inovadoras e estimular a consciência crítica e a cultura pública democrática. E, para incitar a consciência crítica e uma cultura democrática, a Educação Popular é essencial, pois busca desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternas, lutando pelo protagonismo dos sujeitos sociais. Protegem, então, a importância da Educação Popular para a formação e prática do Serviço Social, considerando que o mesmo tem, como um dos princípios do Projeto Ético-Político, o vínculo com a construção de “uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993).

Sobre a contribuição da educação popular para o serviço social, vale ressaltar que o serviço social trata-se de uma profissão que surgiu como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, que se institucionaliza ultrapassando as fronteiras da mera filantropia, como um dos recursos mobilizados pelo Estado, pelo empresariado e com o apoio da Igreja Católica, para abrandar as refrações relacionadas às questões sociais. Em outras palavras, consiste em uma profissão que tem como objeto de atuação as expressões da questão social, instrumentada para cumprir um papel político de intervir nas contradições advindas da relação capital X trabalho (IAMAMOTO, 2002).

Nas tramas sociais contemporâneas a Educação Popular conservar-se como significativa sustentação de práticas contra hegemônicas. Constitui-se como uma aliada na transposição da ambiguidade, considerando, para tanto, a importância da apropriação de uma teoria crítica da sociedade e da prática

política que admita avançar na apreensão dos fundamentos concretos da vida social (IAMAMOTO, 2008).

Para Machado (2012), na prática, o Assistente Social já atua com a Educação Popular ou pode criar possibilidades para isso. Nesta direção, sugerem que a formação profissional deve, através de pesquisas, aprender com a Educação Popular e nela intervir, viabilizando uma relação dialética e dialógica e uma constituição de profissionais mais críticos, dialógicos, democráticos, capacitados para impulsionar a consciência crítica, a participação política, a organização popular e uma cultura crítica democrática. Considera que os profissionais, no cotidiano, lidam com expressões da questão social e perdem a oportunidade de estimular a organização e mobilização popular. Identificam, então, a necessidade, mas não sabem como principiar ou adotam práticas antidemocráticas, sem consultar ou dialogar com a população.

Em linhas gerais, conforme Machado (2013), o serviço social interfere no planejamento, na execução e gestão de políticas e programas sociais, tanto contribuindo para a viabilização de direitos da classe trabalhadora como para controlar a força de trabalho e amenizar os conflitos sociais, contribuindo, assim, com o processo de acumulação capitalista através da reprodução das relações sociais. Deste modo, termina por reproduzir formas de consciência social, determinado modo de vida, de cotidiano, de valores e práticas culturais e políticas, bem como recriando ideias que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade.

Vargas (2014) considera que nos caminhos percorridos na consolidação do Serviço Social brasileiro, torna-se possível identificar cruzamentos com a Educação Popular, gerando encontros e produzindo sínteses que convidam a superações, considerando o amadurecimento teórico do Serviço Social na atualidade. Tais encontros potencializaram processos emancipatórios, na medida em que ambos tiveram como direcionamento a superação da sociabilidade capitalista para uma possível emancipação humana.

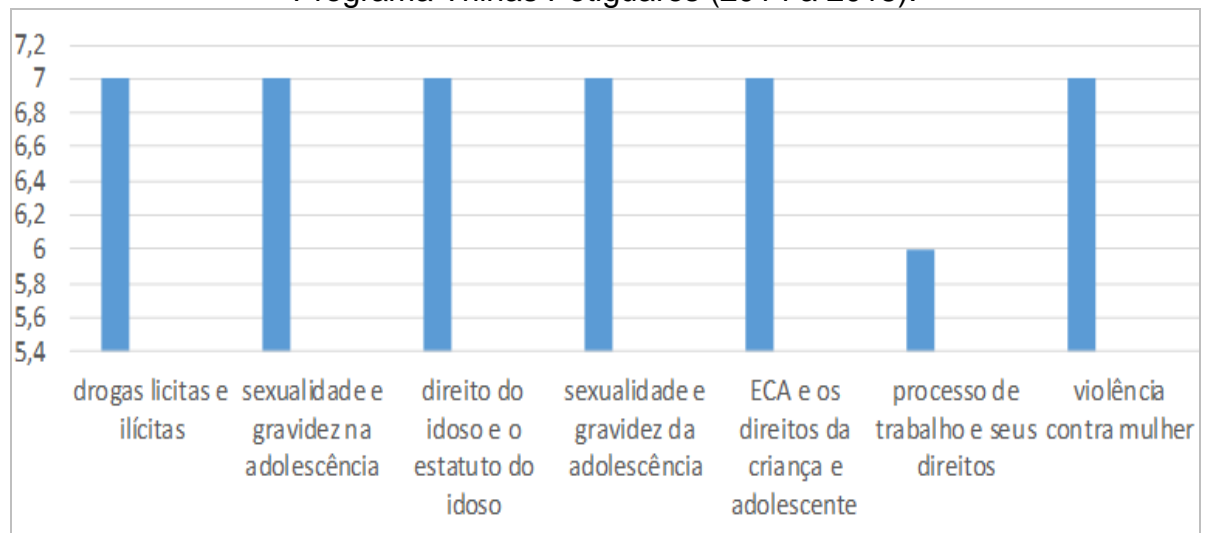
3.2 TRILHAS POTIGUARES E AS DEMANDAS PARA DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Como já mencionado anteriormente, o Trilhas Potiguares é um programa de extensão interdisciplinar, que tem suas equipes formadas por estudantes dos mais

variados cursos da UFRN. Dentre os cursos que normalmente fazem parte dessas equipes apresenta-se o de serviço social, curso esse que é o foco da nossa pesquisa.

Segundo dados levantados através de entrevista semiestruturada com 7 (sete) alunas que fizeram parte do Programa Trilhas Potiguares, durante as edições anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, nos municípios de Viçosa, Alexandria, Ilmo Marinho, Pedra Grande e Pureza, as demandas proporcionadas aos estudantes de Serviço Social nos referidos períodos eram, em sua maioria, demandas que envolviam temáticas sobre drogas lícitas e ilícitas; sexualidade e gravidez na adolescência; direito do idoso e o estatuto do idoso; Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA) e os direitos da criança e adolescente; questões relacionadas ao processo de trabalho e seus direitos e violência contra a mulher. A Figura 2 mostra graficamente os dados referentes a tais demandas.

Figura 2 – Demandas proporcionadas aos estudantes de Serviço Social pelo Programa Trilhas Potiguares (2014 a 2018).



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Como é possível observar, as demandas por temáticas são de assuntos que durante a graduação discutimos bastante em sala de aula, além de serem temáticas que são nosso objeto de trabalho, pois são expressões da questão social e expressão da pobreza.

O surgimento das demandas vai de acordo com a necessidade de cada município, ou seja, as questões trabalhadas são de acordo as necessidades e problemas enfrentados por aquela comunidade. De forma quase que unânime, as demandas que foram citadas pelas entrevistadas se repetiam, mesmo sendo entre

peças que foram em anos diferentes e cidades diferentes. O que isso mostra é que tais questões são problemas estruturais do nosso país.

Para tratar desses temas, as discentes relataram que produzem palestras e outros instrumentos que auxiliam no diálogo com a população da cidade. Durante a realização das oficinas, palestras e outras modalidades, que vai depender da forma que cada um terá para abordar a temática debatida, é possível encontrar um espaço não só apenas para levar a informação ao público, mas um espaço de debate em que pode levar muito além da informação, o fortalecimento e organização destes, e que pode ser um pequeno passo para emancipação desses indivíduos.

Falar sobre a questão de direitos, sejam eles quais forem, se faz de extrema relevância, uma vez que vivemos atualmente uma conjuntura em que cada vez mais se vê o desmonte deles. E esse trabalho acadêmico possibilita formar seres com pensamento crítico, que entendem de seus direitos de forma mais nítida, uma vez que após os alunos irem embora dos municípios muitas vezes os gestores dos locais dão continuidade as atividades realizadas.

3.3 CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA TRILHAS POTIGUARES PARA A FORMAÇÃO DOS ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL

Inicialmente, partindo da minha vivência pessoal, essa que me fez crer que o Programa de Extensão Trilhas Potiguaras trouxe várias contribuições para o meu processo de formação acadêmica, e a experiência me trouxe aprendizados que são enriquecidos para além das experiências em sala de aula, sendo eles: aprender a trabalhar em equipe multiprofissional, capacidade de adaptação ao público alvo da atividade, capacidade de articulação, adaptação do trabalho as condições materiais do local, dentre outros vários.

De acordo com os dados levantados nas entrevistas, foi possível observar que tais aprendizados também foram sentidos igualmente por outros participantes, assim afirmou uma das entrevistadas, que hoje já se encontra graduada, e relata quando lhe é perguntado quais contribuições o programa teve para sua formação:

Contribuição para o desenvolvimento do trabalho em equipe, trabalho em grupos com a comunidade, articulação com o município e seus gestores,

conhecimento de outras realidades para além do âmbito da universidade. (ENTREVISTADA 1, 25 anos)

Outra discente entrevistada, também já graduada atualmente, afirmou que:

A participação no programa foi muito rica para minha formação, visto que possibilitou o contato com questões que são comuns no cotidiano profissional do assistente social, além do desenvolvimento de habilidades interpessoais no relacionamento com a comunidade e os colegas de outros cursos. O que possibilitou também a troca de conhecimentos. Foi possível ver e lidar na prática com a correlação de forças existente nas instituições públicas, as lacunas existentes nas políticas sociais e as limitações de intervenção nas expressões da questão social. Além de exercitar competências como a comunicação, planejamento e gestão, mediação etc. A experiência também permitiu incorporar conhecimentos que solidificaram as dimensões ético-política e teórico-metodológica da profissão (ENTREVISTADA 2, 24 anos).

Apesar dos ganhos todos que o programa possibilita para a formação acadêmica, os alunos participantes relataram terem encontrado dificuldades para a realização de seu trabalho. Tais dificuldades são muitas vezes relacionadas à vida profissional, como, por exemplo, a falta de recursos materiais, a falta de compreensão dos demais colegas de equipe acerca do que é o Serviço Social e quais são as competências desse profissional. Assim elas relatam:

Trabalhar em equipe com pessoas que nem sempre atuam numa perspectiva crítica e emancipatória, limitações da infraestrutura e falta de recursos materiais, a baixa participação da comunidade e a falta de conhecimento dos colegas de equipe sobre as competências do assistente social, ocorrendo desvalorização da profissão (ENTREVISTADA 3, 27 anos).

Sem dúvidas o principal desafio, assim como no âmbito de trabalho é mostrar qual o papel do serviço social, quais demandas são pertinentes ou não. Cabe a nós que vamos participar esclarecer e ter conhecimento do que é atribuição ou não do serviço social diante das demandas. Praticamente todas as demandas são atendidas multiprofissionalmente, portanto se faz necessário saber qual o seu lugar no atendimento da demanda (ENTREVISTADA 6, 24 anos).

Acredito que o principal desafio é colocar em prática o que estudamos na teoria seja nos textos teóricos, seja nas legislações. Outro desafio é trabalhar em equipe, mostrando a importância da nossa atuação profissional na equipe (ENTREVISTADA 7, 26 anos).

A questão da falta de compreensão por parte colegas de equipe acerca do que é o serviço social e quais são as competências desse profissional, é algo que rotineiramente faz parte do dia-a-dia da profissão e da vida dos estudantes, pois muitos ainda têm uma visão retrógrada da profissão, de um serviço social de

benemerência e não de um serviço social crítico, de luta e de emancipação de direitos.

Por essa razão torna-se importante que o estudante ou profissional esteja por dentro de suas competências e atribuições, que entenda a instrumentalidade como algo que vai além de aspectos técnicos, para que assim conquiste seu espaço e mostre para esses de fato qual seu papel diante o trabalho que lhe for solicitado, para realizarem assim um bom trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe uma discussão a respeito do Programa Trilhas Potiguares e a sua contribuição na formação dos estudantes do curso de Serviço Social da UFRN. Sendo assim, foram entrevistadas 07 estudantes do referido curso que já participaram de alguma edição deste Programa no período de 2014 a 2018.

Diante das respostas das entrevistadas, verificou-se que as demandas por temáticas envolvem assuntos que durante a graduação são bastante discutidos em sala de aula, tais como: drogas lícitas e ilícitas; sexualidade e gravidez na adolescência; direito do idoso e o estatuto do idoso entre outros. Tais demandas se repetem mesmo em períodos e cidades distintas, ou seja, já foram discutidas mais de uma vez no período referido, demonstrando que as questões debatidas ainda apresentam problemas estruturais dentro da realidade brasileira.

Com relação à contribuição do Programa Trilhas Potiguares para a formação dos estudantes do curso de Serviço Social, constatou-se que este Programa proporciona aprendizados enriquecedores que vão além daqueles vivenciados em sala de aula, destacando-se o fato de aprender a trabalhar em equipe multiprofissional, adaptar-se ao público alvo da atividade, ser capaz de se articular e adaptar o trabalho às condições materiais do local dentre outros.

Além disso, percebeu-se, também, que tal Programa oferece a possibilidade de lidar com questões que são comuns ao cotidiano profissional do Assistente Social, servindo de base para o desenvolvimento das habilidades interpessoais no tocante ao relacionamento com a comunidade e com os colegas de outros cursos, estabelecendo uma troca de conhecimentos, sendo possível incutir conhecimentos que solidificam as dimensões ético-política e teórico-metodológica do Assistente Social.

Entretanto, apesar desse Programa oferecer tais oportunidades de aprendizagem, as estudantes entrevistadas revelaram que encontraram dificuldades para a realização do seu trabalho, que são muitas vezes relacionadas à vida profissional, como, por exemplo, a falta de recursos materiais, a falta de

compreensão dos demais colegas de equipe acerca do que é o Serviço Social e quais são as competências deste profissional.

Ao término deste estudo, ressalta-se que não se teve aqui o propósito de esgotar a temática estudada, esclarecendo-se que cada situação possui suas peculiaridades e, independente do que foi exposto, é preciso que leve em consideração os resultados alcançados, destacando-se a contribuição positiva do Programa Trilhas Potiguares no processo de formação dos estudantes do Curso de Serviço Social da UFRN.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. As atividades em educação popular. In: BRANDÃO, C.R. (Org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, C.R. Apresentação. In: BRANDÃO, C.R. (Org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O menino que lia o mundo**: uma história de pessoas, de letras e palavras. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 maio 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 273/93, de 13/03/1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social**: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

FARIA, D.S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. Coleção Questões de Nossa Época; v. 23. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. Estado e educação popular: desafios de uma política nacional. In: BRASIL. **Secretaria Nacional de Articulação Social**. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Disponível em: <http://www.participa.br/articles/public/0006/3700/Estado_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_Popular_-_Gadotti.pdf>. Acesso em 20 maio 2019.

IAMAMOTO, M.V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

LEHER, R. Movimentos sociais, padrão de acumulação e crise da universidade. In: Reunião Nacional da ANPED, 37, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2015. Disponível

em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-de-roberto-leher-para-ogt11.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

MACHADO, A.M.B. A relevância da educação popular para o serviço social. **Revista Educação Unisinos**, 17(2):123-136, maio/agosto 2013.

MACHADO, A.M.B. *et al.* A articulação do serviço social com a educação popular no Brasil: resultados parciais acerca dessa produção teórica entre os anos de 1980 e 2010. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2012.

MACHADO, A.M.B. Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 109, 2012.

MICHELOTTO, R.M. **A liberação do acesso e a extensão como estratégias dedemocratização da universidade: a experiência da Itália e do Brasil**. 1999. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1999.

MILLÁN, F.T. Igreja profética. In: STRECK, D.R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J.J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

PAIVA, V.P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

SAVIANI, D. Extensão universitária: uma abordagem não extensionista. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 8, p. 61-73, mar. 1981. Disponível em: <<http://ambientedetestes2.tempsite.ws/ciencia-para-educacao/publicacao/saviani-d-extensao-universitaria-uma-abordagem-nao-extensionista-educacao-e-sociedade-v-4-p-61-73-1981/>>. Acesso em: 01 maio 2019.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, A.L.L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

TAVARES, M.G.M. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

VARGAS, T.M. **Serviço social e educação popular: caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2014.

VILLAR, A.E.V. **Extensão universitária: concepções e ações na UFRN, sob a temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010**. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17899>>. Acesso em: 01 maio 2019.

ZILLER, J. *et al.* A extensão como forma de conectar saberes. In: MAYORGA, C. (Org.). **Universidade cindida, universidade em conexão**: ensaios sobre democratização da universidade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

ZITKOSKI, J.J. **Paulo Freire & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME: _____

1. Como você conheceu o Programa Trilhas Potiguares?

2. Qual o ano você participou do Programa Trilhas Potiguares? Para qual Município?

3. Quais foram as demandas propostas a serem realizadas na sua participação no programa, nesse município postas para você realizar?

4. A partir da sua participação no Programa, quais as contribuições você identifica para a sua formação profissional no Serviço Social?

5. Quais os principais desafios enfrentados por você enquanto estudante de Serviço Social no Programa Trilhas Potiguares?